

Entre projetos, programas e políticas públicas de leitura: o olhar do professor

Thiago Alves Valente *

Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira **

RESUMO: *Este artigo tem como objetivo a apresentação de resultados parciais do projeto intitulado “A leitura e os jovens leitores: práticas de letramento no Norte Pioneiro-PR”, desenvolvido na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), com o apoio da Fundação Araucária. Para tanto, 33 professores do estado do Paraná, inseridos no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), foram entrevistados, por meio de questionário misto, composto por questões fechadas e abertas. Como método, utilizou-se a objetivação participante, conforme Pierre Bourdieu (2004).*

PALAVRAS-CHAVE: *Leitura, Formação do leitor, Políticas públicas.*

ABSTRACT: *This article aims to present partial results of the project titled “Reading and young readers: literacy practices in Pioneer North-PR”, developed at Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), supported by Fundação Araucária. Thirty-three teachers of Paraná State were interviewed, they inserted in Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE); this interview was made through questionnaire containing closed and open questions. For this, we used the method with participant objectification as Bourdieu Pierre (2004).*

KEYWORDS: *Reading, Training Reader, Public Policy.*

INTRODUÇÃO

Em abril de 2012, iniciou-se o projeto “A leitura e os jovens leitores: práticas de letramento no Norte Pioneiro-PR”, que contou com o apoio institucional da Fundação Araucária (PR), no âmbito das atividades de pesquisa desenvolvidas pelo grupo

* Professor da Uenp-CCP (PR). Grupo de Pesquisa: CRELIT. Projeto apoiado pela Fundação Araucária.

** Professora da Unesp-Assis (SP). Grupo de Pesquisa: Leitura e Literatura na Escola.

“Crítica e Recepção Literária” (CRELIT), vinculado ao Centro de Letras, Comunicação e Artes (CLCA) da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus Cornélio Procopio (CCP).

A proposta de trabalho que embasou a proposição feita à Fundação Araucária, mediante chamada pública, pautou-se na experiência dos docentes do curso de Letras Português-Inglês. Mais especificamente, do coordenador do projeto, com alunos de licenciatura que, mediante exigências curriculares, deveriam cumprir estágio nas escolas da região constituída pelos municípios agregados em torno dos polos regionais de Cornélio Procopio e Jacarezinho; além das atividades de ensino focadas nas disciplinas diretamente relacionadas à formação de professores. A isso se coadunaram experiências advindas de ações desenvolvidas no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), do Estado do Paraná, e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES), que permitiram a intensificação do contato entre Universidade e Escola, desfazendo barreiras que impedem historicamente ambas as esferas de traçarem metas comuns para seus estudantes. Os dados aferidos, pela observação e por estudos oriundos da prática dos docentes da rede de Educação Básica, mostraram-se coerentes em relação a outras realidades – como é o caso do sul do Estado de São Paulo – e mesmo de regiões mais longínquas –,

como as pesquisas realizadas na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em Porto Alegre; ou aquelas realizadas por pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Três Lagoas. Também o contato com grupos de pesquisa consolidados, como o “Leitura e Literatura na Escola” (UNESP-Assis), trouxe instrumentos propícios ao trabalho na região conhecida como “Norte Pioneiro”, caracterizada pela produtividade agrícola excelente e por desigualdades sociais gritantes.

A hipótese, enfim, que se estabeleceu a partir dessas experiências compartilhadas entre pesquisadores era de que, tal como em todas as demais regiões do território nacional, os jovens em idade escolar têm recebido uma formação leitora precária, mesmo quando comparada aos modestos índices exigidos pela escola pública brasileira, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Educacional (IDEB). Mais especificamente, as políticas públicas de fomento à leitura, embora parcialmente consolidadas na esfera da distribuição de livros em território nacional, não se efetiva ao longo da vivência escolar desses jovens. Isto pode ser observado pela postura de afastamento que eles mantêm do texto literário, principalmente quando encerram o ciclo escolar, pois concebem negativamente a relação que, dentro da escola, estabeleceram com a leitura, a literatura e os livros.

O escopo do projeto teve, então, como horizonte, a busca de caminhos para futura intervenção regional, considerando a Universidade elemento propício ao acompanhamento e fomento de práticas de leitura tanto em seu entorno imediato, quanto na comunidade em geral. Mesmo com uma hipótese amparada em dados suficientemente discutidos de norte a sul do Brasil, tornava-se premente uma averiguação mais consistente para que o conhecimento acadêmico, acrescido das experiências cotidianas junto às escolas públicas, pudesse estabelecer um *locus* de ação mais delimitado. Isso se tornou possível na proposição de análise das ações públicas de fomento à leitura, como o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), em seus efeitos diretos e indiretos na relação dos jovens leitores com a leitura de obras literárias. A partir desse recorte, o projeto tem sido desenvolvido mediante aplicação de questionários e entrevistas, instrumentos aplicados tanto pelos pesquisadores, quanto por orientandos PDE, mestrando de grupos de pesquisa parceiros (Centro de Estudos de Literatura, Leitura e Escrita: História e Ensino – CELLE/UEM) e orientandos de Iniciação Científica (IC/PIBIC) e/ou Graduação (com Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC).

Neste artigo, apresentam-se resultados aferidos a partir de pesquisa realizada, por meio de questionário misto, contendo questões objetivas de múltipla escolha e abertas, com 33 professores-alunos do PDE, grande parte atuante em duas esferas

do ensino público – Ensino Fundamental II e Ensino Médio – na região dos Núcleos Regionais de Ensino de Cornélio Procópio e Jacarezinho (NRE-CCP/NRE-JC).

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Os 33 professores de Língua Portuguesa, participantes do PDE na região compreendida pelos referidos NREs, configuram-se, pois, como mediadores que conhecem tanto a realidade da sala de aula, quanto os projetos e programas governamentais voltados para a formação do leitor e o incentivo à leitura. A proposta a estes de resolução de um questionário composto por dez questões, pautou-se no objetivo de conferir-lhes “voz”, tanto para se posicionarem em relação às políticas públicas de leitura, revelando se as conhecem de fato, quanto lhes facultar a reflexão sobre a importância do mediador na formação do leitor. Os dados levantados nesse questionário, tabulados e interpretados, são apresentados a seguir.

Justifica-se o enfoque no mediador de leitura, mais especificamente, no docente, pois, conforme pesquisa nacional realizada pela UNESCO (2004), os resultados de desempenho de alunos de diferentes origens sociais, no que concerne à aprendizagem, em medições nacionais e internacionais, confirmam que há lentidão quanto aos progressos de

aprendizagem e isto gera desigualdades significativas. Para Juan Carlos Tedesco (In: UNESCO, 2004, p.11), é provável que

[...] uma das explicações do baixo impacto das reformas nos processos de ensino-aprendizagem tenha sua raiz no “fator docente”, entendido como o conjunto de variáveis que definem o desempenho dos mestres, professores e diretores das escolas: condições e modelos de organização do trabalho, formação, carreira, atitudes, representações e valores.

Entre os 33 entrevistados, 93,94% eram mulheres (31) e somente 6,06%, homens (dois). Todos contam com mais de trinta anos, sendo que, para participarem do PDE, devem pertencer ao Quadro Próprio do Magistério (QPM), com um tempo de serviço de, no mínimo, dez anos. A maioria tinha tempo de serviço de 16 a 20 anos (39,39%), sendo seguidos pelos que possuíam de 10 a 15 anos (30,30%); de 21 a 25 anos (21,21%); e de 26 a 31 anos (9,10%). Apesar dessa exigência, chama a atenção que a idade predominante dos entrevistados seja a enquadrada entre 36 e 40 anos (33,33%), acompanhada em segundo, terceiro, quarto e quinto lugares, respectivamente, pelas seguintes idades de: 41 a 45 (30,30%); 46 a 50 (18,19%); 31 a 35 (6,06%); 51 a 55 (6,06%); 56 a 60 (3,03%); e mais de 60 (3,03%). A predominância de professores com faixa etária mais jovem está em consonância com os dados levantados pela UNESCO (2004), em que se detectou como média de idade dos docentes 37,8 anos. Nos países mais pobres, de acordo com

Siniscalco (2003 apud UNESCO, 2004, p.47), os professores estão concentrados em faixas etárias mais jovens. Já no panorama internacional, a maioria dos docentes provenientes de países pertencentes à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e os de alguns países da União Europeia têm mais de 40 anos (UNESCO, 2004, p.47).

No caso dos entrevistados, é importante lembrar que se trata de docentes de carreira afastados integralmente por 12 meses, na primeira etapa do PDE, e parcialmente por mais 12 meses, a fim de realizarem estudos e executarem o planejamento geral previsto pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR). Assim, o tempo de magistério considerado apropriado, em função da própria carreira docente do Estado, tem como patamar uma década de atuação no sistema de ensino paranaense. O que aponta, conseqüentemente, para dois outros aspectos implícitos à questão: o primeiro, positivo, é o reencontro de muitos docentes com uma experiência significativa na Educação Básica, com o meio acadêmico; o outro, negativo, é a constatação de que práticas fundamentais para a formação de leitores podem ter sido relegadas, em muitos casos, a segundo plano ou, simplesmente, não efetivadas ao longo de uma década de atuação na educação pública do Paraná.

O problema da “formação continuada” é complexo, pois muitos são os desafios na área de formação de professores.

Processos formativos, como o do PDE, não surgem de forma abstrata, antes da detecção de que a atualização dos docentes em uma sociedade tecnológica com velocidade de informação é necessária e válida. Contudo, não se pode esquecer que os cursos de formação contínua destinam-se a professores que, em geral, sentem-se desvalorizados socialmente e, por isso com baixa autoestima, pois “[...] têm suas condições concretas de existência acentuadamente deterioradas. Assim, é nessa realidade social que a formação se desenvolve e é na sua complexidade e nas suas contradições que atuam as escolas.” (UNESCO, 2004, p.36). Mesmo aos professores em formação continuada, nem sempre chega, sob a forma de leitura com posterior debate, parte importante da produção científica, elaborada nos últimos anos pela academia e por pesquisadores em geral. Nota-se, então, que um longo processo precisa ser cumprido

[...] para a transformação do debate em medidas concretas, que possibilitem a criação de políticas públicas de formação, como planos de carreira para o magistério que se coadunem com a realidade da formação e condições de trabalho voltadas, também, para as ações de desenvolvimento dos docentes brasileiros. (UNESCO, 2004, p. 41).

Quanto aos municípios de origem, pode-se notar que a maioria dos entrevistados provinha de Cornélio Procópio e São Jerônimo da Serra, mais especificamente, cada um tinha quatro (12,12%) representantes. Jacarezinho tinha três (9,10%) representantes. Os municípios de São Sebastião da Amoreira,

Andirá, Congoinhas, Ibaiti e Uraí tinham dois (6,06%) cada um. Já os municípios de Bandeirantes, Cambará, Nova Fátima, Carlópolis, Joaquim Távora, Santa Amélia, Itu, Tomazino, Santa Mariana, Figueira, Itambaracá e Siqueira Campos, apenas um representante de cada localidade (3,03%).

De acordo com a pesquisa da UNESCO (2004), a distribuição geográfica acompanha distinções sociais importantes. Assim, no interior, nota-se predomínio de professores mais jovens do que os da capital, além disso, pela localização espacial, segundo o sexo, há predominância do público feminino, enquanto que, nas metrópoles, do masculino. Nos municípios com menos de 100 mil habitantes, as mulheres predominam no exercício do magistério, já nos municípios com população superior a esse número, os homens.

Conforme exigência para participação no PDE, todos os docentes eram efetivos, com carreira no magistério público. Desses, 14 (42,42%) atuavam no ensino Fundamental; também, 14, no Fundamental e Médio (42,42%); dois, no Médio (6,07%); e somente um (3,03%) atuava no Fundamental e na Educação Especial. Nota-se que metade exerce sua profissão no Ensino Médio, justamente, foco da pesquisa institucional que embasa este artigo, apoiada pela Fundação Araucária.

Quanto ao nível de escolaridade, percebeu-se que os professores haviam prosseguido com seus estudos. Assim, todos

já possuíam Especialização. Destes, além do curso de Letras, dois (6,06%) fizeram Pedagogia. Destes dois, um é mestrando, embora não diga em quê, se de Letras ou de Educação (3,03%). De modo geral, a especialização surge como um quesito para a ascensão funcional, o que tem sido atendido, nas últimas décadas, de modo suficiente pela Universidade Estadual de Londrina (Uel) e Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp), constituída, entre outras unidades, pela antiga Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio (Faficop), e pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho (Fafija).

A PROMOÇÃO DA LEITURA NA ESCOLA

Dos 33 sujeitos, indagados acerca da promoção da leitura em sua escola, um (3,03%) deixou a questão em branco. Dos 32 que responderam à questão, 15 (45,45%) declaram que havia promoção à leitura, mas 17 (51,51%) que não existia ação alguma. Contudo, ao se analisar as ações apontadas, pôde-se notar que a minoria era institucional. Entre estas, foram mencionadas: por três entrevistados, o Projeto “A hora da leitura”; por dois, o “Projeto de leitura”, embora não tenham especificado de que se trata; por outros dois, “Rodas de Leitura;” por um, o Projeto “Deixa que eu conto”; por mais um, o “Círculo de leitura” e “Mais Educação Leitura”; por outro, o “Festival de poesia,

contos, leitura de revistas, jornais, murais”; também, por um, o “Programa de incentivo à leitura do NRE/Ibaiti”; e por outro, o “Projeto leitor nota 10”.

Sobre a “A hora da leitura”, o entrevistado declarou: “Toda escola fica lendo durante meia hora em dias pré-determinados”. Nota-se que não há clareza sobre que tipo de leitura se realiza, nem qual é o seu propósito. Também, não se reflete sobre a possibilidade do leitor ler com autonomia de forma espontânea, sem data definida.

Entre os entrevistados que apontaram o “Projeto de leitura”, um acrescentou que, com sua saída, o projeto na escola não mais fora ativado. Outro afirmou que, agora, há incentivo de “leitura do literário”, embora não explique melhor do que se trata esse incentivo. Nota-se, apenas, uma referência a uma ação perpetrada por um Núcleo Regional de Ensino (NRE), no caso, o de Ibaiti. O que, por sua vez, leva a indagar os moldes em que se dão as relações entre políticas do Estado, representadas pelos NREs, e as escolas, isto é, como que aquelas políticas dialogam – se dialogam – com a realidade dos docentes da Educação Básica.

Dos 15 que afirmaram existir ações em suas escolas, quatro alegam que essas ações, na verdade, provinham de iniciativas isoladas dos professores. Logicamente, a resposta deveria ser negativa, pois se as ações são dos professores, a escola não desenvolve projeto institucional algum. Destes

quatro,um,ainda,afirmou: “A escola tenta, sem muito sucesso, mas os professores sempre incentivam”. Outro,também, destacou que a escola incentiva a participação dos alunos nas Olimpíadas de Literatura, o que se torna competência atribuída à escola e não projeto da escola. Outro, de forma paradoxal, declarou ainda que os professores impõem a leitura dos clássicos, mas também aceitam a escolha livre de leituras pelos alunos.Pode-se observar que, no horizonte desses professores com que o entrevistado convive, não aparecem as estratégias de leitura com fins de cativar o leitor.

A ausência de projetos institucionais na escola mostra-se coerente com a quase ausência de referência a ações dos NREs – os quais contam, em geral, com especialistas nas diversas áreas do conhecimento – demonstrando, de modo cabal, o afastamento entre as diferentes esferas de gestão da educação pública.Embora não se pedisse esclarecimentos aos 17 entrevistados (51,51%) que afirmaram não existirem projetos institucionais em sua escola, cinco deles, certamente incomodados com a situação, resolveram posicionar-se. Assim, foi possível obter deles a informação de que há ações isoladas dos professores, como o incentivo dos alunos para a participação nas Olimpíadas de Literatura. Um desses cinco afirmou: “Eu sou dos que incentiva”. E outro declarou, também: “Já desenvolvi projetos, mas não houve empenho para sua efetivação.”

Ao se computarem as iniciativas individuais dos professores que aparecem na resposta afirmativa quanto aos projetos institucionais nas escolas dos entrevistados, pôde-se perceber que poucas instituições, de fato, desenvolveram algum tipo de projeto. No geral, são ações esparsas, cujas propostas pedagógicas e marcos teóricos não estão claros para os professores entrevistados. Assim, embora o Estado conte com diretrizes oficiais – as Diretrizes Curriculares da Educação Básica(DCEs) –, as quais, na disciplina de Língua Portuguesa, preveem o trabalho com leitura literária, incluindo uma metodologia de base – o Método Recepcional –, a escola, como órgão público, não concretiza a própria política de Estado na qual se diz embasada.

A fim de averiguar, se a Secretaria da Educação orienta os mediadores a realizarem trabalhos de promoção da leitura em sala de aula, indagou-se aos professores do PDE sobre a relação daquela esfera de governo com a leitura na escola. Dos 33 entrevistados, 16 (48,48%) disseram que não há orientação proveniente da SEED-PR; dois não responderam à questão; e 15 (45,45%) declaram que sim. Perguntou-se, então, a estes 15, quais orientações recebiam. Dois deixaram a resposta em branco, o que leva a refletir acerca da existência de orientação de fato. Cinco alegaram que a Secretaria oferece cursos. Destes, um afirmou que, todavia, os cursos não são específicos para a criação

de projetos; dois indicaram a formação continuada; um declarou que há cursos, mas com “[...] carga horária e conteúdo ainda insuficientes para a prática”; e outro apontou Grupo de Trabalho em Rede (GTRs), uma das atividades previstas para os professores PDEs. Nos GTRs, discutem-se os encaminhamentos dos projetos realizados no PDE, o que, evidentemente, não atende à especificidade da leitura literária, porém, em meio à ausência de apoio efetivo dos NREs, é uma oportunidade para discutirem questões de ensino entre si.

Ainda dos 15 entrevistados, nove detalharam seus discursos. Dois escreveram que recebem dicas de forma vaga para a realização de projetos. Outros dois informaram que os representantes da Secretaria afirmam que os professores devem incentivar a leitura. Um acrescentou que precisa incentivar a participação dos alunos nas “Rodas de leitura” e no “Projeto Mais Educação”. Outro declarou que o orientam a motivar os alunos a participar das Olimpíadas de Língua Portuguesa e de concursos diversos. Um afirmou que recebe orientações do NRE para o desenvolvimento de ações com a leitura dentro de sua instituição. Outro afirmou que o orientam a incentivar os alunos a levar livros para casa. Um disse que é orientado a criar concursos de quem lê mais no bimestre.

Assim, evidencia-se que as orientações não passam de mero incentivo a práticas obscuras sobre o tratamento do texto

literário em sala de aula. Elas resultam, em grande parte, de desdobramentos de outros projetos ou de práticas que tendem à nulidade, como levar livros para casa que, posteriormente, não serão objeto de um trabalho mais consistente com a leitura em sala de aula. O que dizer, então, da criação de concursos pautados na quantidade e não na qualidade da leitura? Este tipo de atividade leva o aluno a acreditar que o montante de livros lidos é mais importante do que a compreensão efetiva de apenas um.

PROGRAMAS DE LEITURA

Para detectar o grau de conhecimento dos entrevistados acerca de programas governamentais de incentivo à leitura, eles foram indagados se conheciam algum (federal, estadual, municipal) e de que instituição ou entidade. Dos 33 sujeitos, três declaram não conhecer programa algum. Dos 30 demais que responderam afirmativamente, solicitou-se que informassem o nome do programa, bem como seus objetivos. Para auxiliá-los na indicação, a questão trazia além do item aberto, também, sob a forma de alternativa de múltipla escolha, os seguintes programas: PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola, Centenário Helena Kolody e Conversa com Verso e Prosa. Vale destacar que os entrevistados poderiam apontar mais de um item. Desse modo, a tabulação refletiu a frequência de respostas. Além disto, poderiam definir dois programas ou mais com uma única frase.

Chamou a atenção o fato de o Centenário Helena Kolody não ter sido apontado por sujeito algum, embora constasse no questionário. Esperava-se que, mesmo não sendo um projeto, mas um conjunto de ações comemorativas em torno dessa escritora paranaense, o Centenário, realizado em 2012, fosse lembrado pelos docentes. Entre os programas indicados, o PNBE recebeu a maior quantidade de indicações: 24, representando 53,3% da frequência de respostas. Apesar disso, três entrevistados deixaram em branco a definição de seus objetivos, o que leva a pensar se possuem clareza a esse respeito. Os demais definiram esses objetivos como: a) incentivar a leitura e o hábito de ler; b) formar leitores competentes com espírito crítico, capazes de questionar a realidade que os cercam; c) melhorar o conhecimento e a aprendizagem; d) levar os alunos a lerem com prazer e desenvolver esta capacidade; e) ampliar o número de títulos na biblioteca e favorecer o acesso à leitura; f) promover reflexões literárias; g) disponibilizar livros para as escolas e promover a leitura.

Nota-se, pelas definições, a busca de referências quanto às políticas públicas de leitura: a explicação sobre o PNBE foi realizada em módulo do próprio PDE, quando surgiu a necessidade de abordar o tema. Os depoimentos feitos, oralmente, em sala de aula apontaram para um vago conhecimento sobre o assunto e a falta de clareza quanto à

especificidade desse programa: “Já vi algo assim, tem um selo na capa, não tem?”; “Se há livros assim, na escola, achei um ou outro, nunca ninguém me disse.”

A Semana Literária promovida pelo SESC ficou em segundo lugar nas respostas fornecidas pelos entrevistados, com 13 indicações (22,22% da frequência de respostas). Todavia, três professores não responderam quais são seus objetivos. Os demais apontaram como: a) “Valorizar, apresentar ações que levam a literatura à comunidade”. b) “Levar a literatura para a sala de aula”. c) “Promoção da literatura local e outras artes”. d) “Criar o interesse dos alunos para o desenvolvimento da leitura e escrita”. e) “Incentivar a leitura, fazer com que o aluno produza mais textos, interação entre oralidade e escrita”. f) “Ampliar o acervo escolar e o acesso à leitura”. g) “Promover reflexões literárias”. h) “Disponibilizar livros para as escolas e promover a leitura”.

A Semana Literária, promovida, anualmente, pelo SESC-PR em todas suas unidades do Estado, tem como meta a oferta de atividades de promoção da leitura, da arte, da cultura. É relevante o fato de contar com a parceria de instituições de ensino superior, associações, organizações não governamentais, entre outras. Faz-se necessário, entretanto, notar que não se trata de um conjunto de ações contínuas, mas de apenas uma semana em que crianças e adolescentes são levados por suas escolas para participarem de oficinas, palestras, contação de histórias, feira de livros. Por ser

um evento, não tem o alcance apontado pelos docentes em suas respostas, as quais demonstram um entusiasmo característico de uma localidade como Cornélio Procópio em que as oportunidades de vivências culturais, notoriamente literárias, mostram-se rarefeitas.

Quanto a “Autores & ideias”, citado por um dos entrevistados, o fato de trazer escritores para debaterem literatura no interior do Estado aponta de modo positivo para a relação da comunidade com esse tipo de atividade, o que não implica, porém, em instrumentalização de docentes para o trabalho de mediação de leitura ou mesmo maior alcance entre o público considerado não leitor. O Festival Poético, também promovido pelo SESC, foi indicado e definido por somente um entrevistado, como responsável pelo incentivo à leitura. Esse Festival tem como meta a divulgação de novos escritores. A atividade mobiliza a comunidade, envolvendo o público tanto na noite de apresentação – em geral, no formato de um sarau –, quanto na divulgação da produção selecionada e premiada. Ainda que os livros originados do Festival sejam doados às escolas, é importante notar que essa atividade tem um peso cultural significativo, mas não atende necessariamente a uma política de fomento à leitura sistemática de obras de alto valor literário nas escolas.

As ações do Itaú na distribuição de livros infantis foram apontadas em terceiro lugar, com quatro indicações. Seus objetivos foram definidos como: “Fazer com que os alunos se interessem mais pela leitura” e “Incentivara leitura”. No caso de municípios do interior, o programa apenas distribui obras, cujos títulos mostram-se bem restritos diante de um projeto ou planejamento mais consistente de formação de leitores.

A “Olimpíada de Língua Portuguesa” obteve duas indicações e seus objetivos foram definidos como: levar o aluno a ler com prazer e desenvolver esta capacidade, ou seja, o hábito de leitura. A “Olimpíada de Língua Portuguesa”, intitulada *Escrevendo o futuro*, por sua vez, não visa à formação de leitores de literatura, sendo seu foco o fomento ao trabalho com produção textual. Para isso, tem como principal estratégia a formação de professores, disponibilizando cursos e materiais para esse fim.

Também recebeu duas indicações a “Biblioteca cidadã”. Contudo, somente um dos entrevistados apontou seu objetivo: “Levar os alunos a lerem com prazer e desenvolver esta capacidade”. A “Biblioteca Cidadã” é resultante de um projeto da Secretaria de Estado da Cultura. Seu objetivo é dotar os municípios paranaenses de, pelo menos, uma biblioteca pública. O Estado se responsabiliza pela construção, pelo treinamento de funcionários municipais e pela disponibilidade de um acervo inicial de dois mil livros, cabendo ao município ceder o terreno.

Em Cornélio Procópio, a “Biblioteca Cidadã” foi instalada no espaço de uma antiga rodoviária, hoje, funcionando como “ponto de ônibus”. Logo após sua instalação, porém, a biblioteca foi descaracterizada, sendo usada como almoxarifado “não oficial”, bem como sede para outros órgãos públicos. Mediante pressão política de professores agregados em torno de associações, como a Academia de Letras, Artes e Ciências de Cornélio Procópio (Alaccop), o atual prefeito municipal se comprometeu a restituir a função inicial da “Biblioteca Cidadã”, ou seja, que volte a ser usada como biblioteca.

O Programa “Mais Educação” teve uma indicação e seu objetivo foi definido como o de: “Desenvolver e incentivar o hábito da leitura”. O programa “Mais Educação” tem como objetivo apoiar as escolas na aplicação de recursos provenientes do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A experiência com professores de uma escola pública em São Jerônimo da Serra, entre 2008 e 2009, no âmbito das atividades do programa Universidade Sem Fronteiras (USF-PR), revelou a intensa frustração dos docentes com aquele tipo de programa. Para eles, as ações nada traziam de mais substancial, além de consultores que realizaram levantamentos e sequer deram retorno sobre os dados levantados. Essa frustração, à época, apresentou-se como obstáculo significativo para a implementação de um

projeto extensionista que visava, justamente, ao apoio a atividades de leitura na escola. Uma das contradições, pois, era que o “Mais Educação” não trouxera nada substancial em termos de disponibilidade de materiais, como livros, para o trabalho com alunos da rede pública.

O “Soletrando” recebeu apenas uma indicação, seguida do respectivo depoimento: “Embora não seja um programa específico de leitura, aproveitamos que a instituição seleciona uma ou mais obras literárias e desenvolvemos esse trabalho para além do vocabulário.” Seu objetivo foi definido como sendo o de ampliar o acervo escolar e favorecer o acesso à leitura, além de promover reflexões literárias. Apesar de mobilizar alunos da microrregião de Cornélio, não pode ser confundido com política pública de incentivo ou fomento à leitura literária.

O “Conversa com verso e prosa” obteve duas indicações. Seus objetivos para os entrevistados são: “Incentivar a leitura, fazer com que o aluno produza mais textos, interação entre oralidade e escrita” e “Criar o interesse dos alunos para o desenvolvimento da leitura”. No site oficial do Estado do Paraná, compreende-se que o programa atende Curitiba, sem maiores desdobramentos no interior do Estado.

Um dos entrevistados apontou o NRE de Ibaiti, definindo seu objetivo como o de incentivar a leitura não só na escola, mas também na comunidade a qual o aluno pertence. Pode-se notar

que o professor não especifica que tipo de ação efetivamente é realizada pelo NRE de Ibaí. O docente estaria reticente quanto à eficácia ou à qualidade da ação “desenvolvida” institucionalmente? Esta é uma reflexão que merece ser discutida.

Decorrente dessas referências, indagou-se aos 33 entrevistados, se os projetos e/ou os programas governamentais eram importantes para o desenvolvimento de seu trabalho em sala de aula. Destes, 27 disseram que eram significativos, mas seis que não. Dos 27 com respostas positivas, solicitou-se que justificassem essa importância, mas dois deles deixaram a resposta em branco. Assim, 25 posicionaram-se.

Destes, 11 sujeitos declaram que proporcionam o desenvolvimento dos alunos. Além disso, desses 11, dois afirmaram que os alunos enriquecem seu vocabulário e melhoram sua produção escrita. Outros dois declararam que todo projeto leva a uma leitura completa, permitindo que os alunos se tornem leitores por si só, interagindo assim com a sociedade em que convivem. Mais dois, que todo trabalho de leitura desenvolvido em sala de aula contribui para o crescimento do aluno em várias áreas do conhecimento. Ainda, outros dois disseram que esses projetos e programas eram bons e tinham recepção positiva por parte dos alunos, pois estes eram convidados a participar de algumas atividades e gostavam muito, porque eram histórias que

envolviam coisas da realidade e eles se interessavam. Os três restantes concordaram que a existência de programas e projetos a serem desenvolvidos em sala de aula se justifica, pois há falta de interesse pela leitura, o que afeta a capacidade dos alunos de analisar e interpretar textos diversos.

Seis afirmaram que projetos ou programas como o PNBE são importantes, pois a leitura é a base de tudo, por isso trabalham em busca do prazer em sua realização em sala de aula, além de buscarem desenvolver o hábito nos alunos. Desses seis, cinco acrescentaram que, justamente, por isto, os projetos e programas: “[...] devem ser amplamente divulgados”; “[...] porém necessitamos de vários exemplares de um título, mas só recebemos um”; “[...] são enviados apenas um exemplar”; “[...] várias são as dificuldades para estes livros estar em sala, um livro por título, falta de acesso do professor aos títulos que chegam”; “Apenas o acervo da escola está melhor.” Como se pode notar, esses sujeitos criticam a ausência de exemplares em número suficiente para o bom andamento do trabalho com a leitura em sala de aula.

Cinco informaram que auxiliam o mediador, pois todo projeto é bem-vindo na escola, graças a eles, as aulas ficam mais interessantes e, por consequência, os alunos participam mais. Além disso, os projetos e/ou programas auxiliam o professor na seleção de materiais, no planejamento e na organização de ações

práticas e pedagógicas a serem desenvolvidas. Os livros disponibilizados para leitura, por sua vez, ajudam-nos no processo de leitura em sala de aula, se eles não estivessem disponíveis na biblioteca, o trabalho ficaria prejudicado.

Três declararam que ampliam o acervo escolar e trazem cultura ao município. Ainda, acrescentaram: “Gosto do PNBE – pela vinda de bons títulos para a escola. E também da Semana Literária-SESC por trazer ao município literatura e bons autores”; “Melhoria do acervo”; “No caso do PNBE, há inúmeros títulos para leitura tanto dos professores como dos alunos.” Um dos professores, o qual respondeu negativamente à questão sobre a importância de projetos e programas voltados à leitura, esclareceu que “[...] não existe um trabalho específico para que se aborde esta problemática, ou que se desenvolvam projetos para tal, ou ainda que haja trabalho.” Em síntese, para ele, não há direcionamento quanto ao uso das obras na sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como as informações parcialmente apresentadas aqui atestam, o quadro aferido entre o público entrevistado corresponde não somente a uma realidade regional, mas, sobretudo, a uma situação que atinge o Brasil, e em proporções variadas, mas não tão discrepantes, os países da América do Sul. O professorado em questão mostra-se, enfim, acuado diante de políticas públicas

para as quais o Estado não o aparelha, bem como não disponibiliza livros em quantidade suficiente nas bibliotecas das escolas públicas.

Embora não se tenha adentrado o campo da formação do leitor, explorando-se as questões diretamente relacionadas às práticas de leitura literária em sala de aula, percebe-se o impacto que os aspectos levantados pela pesquisa têm sobre as condições de efetivação da leitura do material remetido por programas como o PNBE.

Destacam-se, pois, nas entrevistas, a voz dos docentes que requerem ampliação do número de livros em suas bibliotecas. Se isso depende do governo federal, no caso do PNBE, em âmbito estadual, notoriamente das universidades paranaenses, cabe a instituições, como a Uenp, o papel de apoio e amparo efetivo à consolidação de políticas de leitura. A médio prazo, pretende-se que isto seja efetivado por ações do grupo de pesquisa CRELIT e seus parceiros, como o “Leitura Literatura na Escola” (Unesp-Assis), seja no formato de cursos de aperfeiçoamento ou especialização, seja na divulgação de materiais oriundos das pesquisas em andamento. Finalmente, é sempre pertinente lembrar que a situação verificada, embora não satisfaça os anseios daqueles que visam a um ensino de leitura literário efetivo nas salas de aula, desvela uma realidade que, no mínimo,

deve alimentar uma relação mais franca e produtiva entre Universidade e Escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PESQUISA NACIONAL UNESCO. *O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam...*São Paulo: Moderna, 2004.

TEDESCO, Juan Carlos. Prefácio. In: PESQUISA NACIONAL UNESCO. *O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam...*São Paulo: Moderna, 2004, p.11-12.